

## COBERTURA VACINAL DA POPULAÇÃO ACIMA DE 60 ANOS COM A VACINA DT: AVALIAÇÃO E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

**INTRODUÇÃO:** O envelhecimento da população brasileira teve início na década de 1960 e foi uma resposta às mudanças em alguns indicadores de saúde e sociais, especialmente quando houve uma queda das taxas de fecundidade e mortalidade em algumas regiões mais desenvolvidas do Brasil. Desde então, a sociedade vem se deparando com os resultados desse declínio, observando-se a demanda por serviços de saúde, consideravelmente maiores, se comparada com as duas últimas décadas.<sup>1,2</sup> A vacinação das pessoas idosas tem como meta diminuir os índices da morbimortalidade por doenças infecciosas, garantindo qualidade de vida, bem-estar e inclusão social. O Brasil tem consolidado a política de vacinação, institucionalizada no Programa Nacional de Imunizações (PNI), ofertando às famílias vacinas em qualidade e quantidade que atende a um calendário de vacinação para criança, adolescente, adulto e idoso. Esse programa foi criado em 1973 e legitimado em 30 de outubro de 1975, pela Lei nº 6.259<sup>(3)</sup>. No Brasil, a distribuição do tétano acidental não apresenta variação sazonal. Apesar da incidência universal, o tétano é mais comum nos países subdesenvolvidos e que apresentam baixa cobertura de vacinação em todas as faixas etárias. A ocorrência da doença ocorre em igual proporção nas zonas urbanas e rurais das cidades, o que reforça seu caráter universal<sup>(4)</sup>. A medida mais eficaz para o controle da doença é a vacinação, disponível, no Brasil, para todos os grupos etários. Manter o tétano sob controle é possível, através da adoção de estratégias eficazes de vacinação, que alertem a população e os profissionais de saúde para o perigo que ainda representam as doenças imunopreveníveis. A população, a partir dos 60 anos possui um calendário de vacina específico para essa faixa etária, que deve ser seguido pela família, cuidadores e serviços de saúde. **OBJETIVOS:** Avaliar a cobertura vacinal com a vacina dT na população de 60 anos e mais acompanhada por uma Equipe de Saúde da Família de Teresina- PI; Propor estratégias para melhoria da cobertura vacinal nessa faixa etária. **METODOLOGIA:** Estudo quantitativo com bases retrospectivas e foco gerencial, com isenção da aprovação de submissão ao CEP. O levantamento da situação vacinal com a vacina dT na população a partir de 60 anos foi realizado através da avaliação do cartão de vacina do usuário e de instrumentos gerenciais utilizados pela Equipe de Saúde da Família / UBS, quais sejam: *Cartão de Vacina da Família e Livro de Registros da Sala de Vacina*. O levantamento aconteceu entre os meses de abril a maio de 2017 e teve como base de avaliação da situação vacinal, de acordo com as orientações do Programa Nacional de Imunizações (PNI) /Ministério da Saúde (MS) sobre a proteção adequada para a doença (tétano): → **3 doses ou reforço**<sup>(4)</sup>. A população avaliada corresponde a 227 pessoas. Destas, 55 (24,23%) possuem cartão de vacina e 177 (75,77%) informaram não possuir cartão de vacina nem foi encontrado nenhum registro de vacina na Unidade Básica de Saúde. Foi avaliada, portanto, a situação vacinal de 55 pessoas, que correspondeu ao universo (100%). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Cobertura vacinal com a vacina dT: receberam somente a 1ª dose → 07 (12,73%) pessoas; receberam a 1ª e 2ª doses → 05 (9,09%) pessoas; receberam a 1ª, 2ª e 3ª doses / Reforço → 30 (54,55%) pessoas e não receberam nenhuma dose ou estão com o reforço atrasado → 59 (23,63%) pessoas. No que se refere ao percentual encontrado de cobertura vacinal com 3 doses ou reforço da vacina dT (54,55%), observa-se que está muito abaixo do preconizado pelo PNI/MS, que se situa em torno de 90% a 100% para se ter um controle efetivo das doenças evitáveis por imunização. **CONCLUSÃO:** Os resultados obtidos mostram a deficiência das ações de imunização voltadas para a faixa etária de pessoas a partir dos 60 anos, que aumente a cada dia e necessita de maior atenção por parte dos serviços de saúde. A cultura que, tanto

os profissionais de saúde, quanto a população, têm de que vacina é destinada a criança ainda se encontra muito presente no dia a dia dos serviços de saúde e da comunidade. É preciso desmistificar essa prática, uma vez que todas as pessoas, independente da faixa etária estão vulneráveis a contrair determinadas doenças passíveis de prevenção por imunobiológicos como é o caso do tétano acidental. **IMPLICAÇÕES PARA ENFERMAGEM:** O principal objetivo do profissional de saúde que atende o indivíduo idoso deve ser a promoção do envelhecimento bem-sucedido, ou seja, um envelhecimento associado ao baixo risco de doenças e/ou incapacidades funcionais a elas relacionadas, assegurando, dessa maneira, o melhor bem-estar possível. A prevenção de doenças infecciosas insere-se nesse contexto ao possibilitar a redução da morbimortalidade e a melhoria da qualidade de vida. O caminho para se melhorar esse quadro, relativo à imunização, deve começar com a sensibilização/capacitação dos profissionais de enfermagem da Atenção Básica/Equipe de Saúde da Família. Cabe, sobretudo ao Enfermeiro, o monitoramento constante da situação vacinal da população sob seus cuidados, propondo e efetivando estratégias que promovam a melhoria da cobertura vacinal da população, por exemplo implantando a “busca ativa” para manter atualizado o esquema. Por outro lado, é importante também que a comunidade torne-se co-responsável por essa ação, na medida em que procura o serviço de saúde para manter atualizado seu esquema vacinal ou dos idosos sob seus cuidados. Os gestores locais, por sua vez, devem garantir horários de atendimento de acordo com as necessidades da população e estabelecer estratégias que facilitem o acesso de todos a esse serviço.

Eixo 2: Políticas públicas e redes de atenção à pessoa idosa.

**Descritores:** Cobertura Vacinal; Idosos; Tétano

## **REFERÊNCIAS:**

1. Carvalho JAM, Garcia RA. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. Cad Saúde Pública. 2003;19(3):725-33.
2. Chaimowicz F. A Saúde dos Idosos Brasileiros às Vésperas do Século XXI: Problemas, Projeções e Alternativas. Rev Saúde Pública. 2007 abr; 31(2). [Citado 2007 set 21]. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101997000200014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101997000200014&script=sci_arttext).
3. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA NACIONAL DAS AÇÕES BÁSICAS. DIVISÃO NACIONAL DE EPIDEMIOLOGIA. **Legislação básica que instituiu a Lei nº 6.259.** Brasil, 4ª edição, 1978.
4. Doenças Infecciosas e Parasitárias: Guia de Bolso, Volume II, 3ª edição, pag. 149- Ministério da Saúde/Brasília- junho 2004.

